

# É preciso mudar

**P**or que o Congresso e o Poder Judiciário podem desfrutar de dois períodos anuais de férias quando todos os demais trabalhadores do País, de qualquer nível, não podem também fazê-lo?

Esta indagação vem à mente de todos os brasileiros no momento em que os dois Poderes cessam suas atividades, como o fazem todo ano em julho e dezembro. Mais ainda quando, como agora, tudo recomendava o contrário, especialmente quanto ao Poder Legislativo. Ainda esta semana, presenciou-se o lançamento de uma publicação de 511 páginas em que o Ministério da Justiça relaciona as medidas legislativas de que a Constituição ainda necessita para produzir os seus efeitos. O Congresso não foi capaz de dispor sobre matéria tão urgente, apresentando, neste meio ano, taxa de produtividade tão baixa quanto a que registra a sua historiografia.

Há muito o que mudar no País antes que ingressemos, de fato, num período de efetiva compreensão, por parte de todos, das nossas responsabilidades políticas. A constatação aflige a quantos contemplam a crise em que o País se acha mergulhado e as perspectivas reais que se desenham no horizonte. Qualquer que seja o resultado das próximas eleições presidenciais, o novo Governo, com o Congresso que temos, será capaz de impulsionar um programa de modernização das estruturas nacionais? O Congresso abrirá mão da máquina estatal como instrumento de projetos eleitorais?

É preciso refletir-se em torno dessa questão séria porque há esperanças de-

mais, na sociedade brasileira, acumulando-se sobre a sucessão presidencial, como se acumularam sobre a Constituinte e, mais remotamente, sobre a eleição de Tancredo Neves. São esperanças que se transformam em frustrações, acumulando tensões, e criando o cenário da verdadeira crise. O Congresso e o Judiciário, e os empresários, e todos nós, em diferentes graus de responsabilidade, temos que recriar as bases sobre as quais se poderá desenvolver uma nova trajetória para o País.

Os parlamentares precisam assumir suas funções. Não podemos tê-los, como os temos tido até aqui, na qualidade de despachantes de interesses paroquiais, muitos legítimos, mas não destinados propriamente a serem defendidos por deputados federais ou senadores. A estes, a Nação solicita outros serviços, muito mais relevantes. O Poder Judiciário, por sua vez, acostumou-se a uma certa sacralidade com que a Nação o trata e, por trás dela, permite vicejar a ineficiência. O Poder Judiciário no Brasil é, fundamentalmente, ineficiente, como o prova o dito popular, que os juízes até apreciam, de que "a justiça tarda mas não falta". Ela é ineficiente porque tarda, ainda que não falhe. E falha também, como os demais poderes do Estado.

É preciso que, inspirados nas aflições generalizadas dos brasileiros, todos os responsáveis, estejam onde estiverem, façam algo concretamente para mudar. Ou chegará o momento em que o povo fará a mudança, como em outras épocas e em outros países ela foi feita, não necessariamente para a direção com que sonhamos.